

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2016 e informamos:

Contexto Institucional:
A Chubb do Brasil, fundada em 1845, é a empresa de seguros mais antiga em operação no Brasil e uma das mais antigas no continente americano. A Chubb do Brasil é uma subsidiária da americana The Chubb Corporation, fundada em 1882, está entre as maiores empresas de seguros dos Estados Unidos e do mundo, com 120 escritórios e operações em 25 países e emergiu como líder na indústria de seguros não baseada em tamanho e pela longevidade e sim construindo relacionamentos sólidos com clientes, agentes e corretores.

Contrato com a ACE Limited:
Em 30 de junho de 2015, a The Chubb Corporation celebrou um contrato com a ACE Limited (atualmente denominada Chubb Limited), sob o qual a ACE Limited concordou em adquirir a The Chubb Corporation por US\$ 62,93 em dinheiro e 0,6019 de uma ação ordinária da ACE Limited para cada ação ordinária da The Chubb Corporation. A conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de uma série de condições, incluindo a obtenção de aprovações regulatórias e de acionistas. A expectativa era de que a transação deveria ser concluída no primeiro trimestre de 2016. No dia 14 de janeiro de 2016 a ACE Limited concluiu a aquisição da The Chubb Corporation criando uma líder internacional em seguros que irá operar em 54 países com a reconhecida marca Chubb.

Resultados do Período:
O prejuízo acumulado de 2016 da Chubb do Brasil, foi substancialmente impactada pela forte sinistralidade no período e a descontinuidade da carteira de automóveis mencionada. Vários negócios foram revistos ou mesmo foram descontinuados com o foco na rentabilidade.
Agradecemos a confiança e apoio recebido dos clientes, corretores, órgãos oficiais e funcionários que contribuíram para o alcance de nossos objetivos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo				Passivo			
Circulante		681.100	817.896	Circulante		554.669	739.985
Disponível		9.972	6.153	Contas a pagar		53.630	43.166
Caixa e bancos	4,5	9.972	6.153	Obrigações a pagar		18.788	15.053
Aplicações	4,6	415.437	412.587	Impostos e encargos sociais a recolher		2.031	6.867
Créditos das operações com seguros e resseguros		108.399	213.476	Encargos trabalhistas		4.176	5.082
Prêmios a receber	4,7	98.226	198.454	Impostos e contribuições		151	2.314
Operações com seguradoras	4	7.144	8.191	Outras contas a pagar		28.484	13.850
Operações com resseguradoras	4	3.029	6.831	Débitos de operações com seguros e resseguros		117.750	145.016
Outros créditos operacionais		78.057	73.313	Prêmios a restituir		6.140	839
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	4,13	47.757	47.943	Operações com seguradoras		4.456	4.216
Títulos e créditos a receber		1.831	6.218	Operações com resseguradoras		15.322	43.050
Títulos e créditos a receber		288	330	Corretores de seguros e resseguros		24.585	35.810
Créditos tributários e previdenciários	10	584	1.582	Outros débitos operacionais		67.247	61.101
Outros créditos		959	4.306	Depósitos de terceiros		2.955	90
Outros valores e bens	8	9.829	16.284	Provisões técnicas - seguros	13	380.334	551.713
Bens à venda		9.829	9.378	Danos		294.970	451.637
Outros valores		-	6.906	Pessoas		85.364	100.076
Despesas antecipadas		302	7.070	Passivo não circulante		160.462	166.139
Custos de aquisição diferidos	9	9.517	34.852	Provisões técnicas - seguros	13	150.662	162.968
Seguros		9.517	34.852	Danos		131.515	134.333
Ativo não circulante		314.650	437.945	Pessoas		19.147	28.635
Realizável a longo prazo		305.062	421.133	Outros débitos		9.800	3.171
Aplicações	4,6	226.334	307.839	Provisões judiciais	15	9.800	3.171
Créditos das operações com seguros e resseguros		13.437	13.519	Patrimônio líquido	16	280.618	349.717
Prêmios a receber	4,7	13.437	13.519	Capital social		279.387	279.387
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	4,13	37.201	29.360	Reservas de reavaliação		22	22
Títulos e créditos a receber		20.735	59.706	Reservas de avaliação		12.389	77.504
Créditos tributários e previdenciários	10	7.276	52.881	Ajuste de avaliação patrimonial		(11.180)	(7.196)
Depósitos fiscais e judiciais	15	13.459	6.825				
Outros valores e bens	8	2.145	3.543				
Custos de aquisição diferidos	9	5.210	7.166				
Seguros		5.210	7.166				
Imobilizado	11	1.716	3.378				
Bens móveis		1.402	2.517				
Outras imobilizações		314	861				
Intangível	12	7.871	13.434				
Outros intangíveis		7.871	13.434				
Total do ativo		995.749	1.255.841	Total do passivo		995.749	1.255.841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Em milhares de reais

	Capital social (em aprovação)	Reservas de Lucro		Ajuste com títulos e valores mobiliários	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
		de capital	Reserva de Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	262.302	17.085	22 15.409	75.865	42	(2.748)	367.977
Portaria SUSEP nº 87 de 08 de dezembro de 2015	8.444	(8.444)	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 1.296 de 14 de outubro de 2015	8.641	(8.641)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes de controlada	-	-	-	-	(138)	-	(13.770)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(13.770)	-	(13.770)	-
Proposta de absorção de prejuízo	-	-	-	-	-	13.770	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	(4.352)	(4.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	279.387	-	22 15.409	62.095	(96)	(7.100)	349.717
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(178)	-	(178)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(65.115)	(65.115)
Proposta de absorção de prejuízo	-	-	(3.020)	(62.095)	-	65.115	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	(3.806)	(3.806)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	279.387	-	22 12.389	-	(274)	(10.906)	280.618

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Chubb do Brasil Companhia de Seguros (doravante "Companhia") foi constituída em 1845, como uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, inicialmente denominada Argos Fluminense, com sede social e escritório principal localizados na Avenida Maria Coelho de Aguiar, nº 215, no Bloco F, do 4º andar, em São Paulo - SP, e tem como objeto principal a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e pessoas em todo o território nacional, conforme definido na legislação em vigor.
Em 30 de junho de 2015, a The Chubb Corporation celebrou um contrato com a ACE Limited (atualmente denominada Chubb Limited), sob o qual a ACE Limited concordou em adquirir a The Chubb Corporation por US\$ 62,93 em dinheiro e 0,6019 de uma ação ordinária da ACE Limited para cada ação ordinária da The Chubb Corporation. No dia 14 de janeiro de 2016 a ACE Limited concluiu a aquisição da The Chubb Corporation. A aquisição cria uma seguradora líder global, sob o nome Chubb, sendo a maior seguradora de propriedades e responsabilidades de capital aberto do mundo, com operações em 54 países, solidez financeira e uma ampla variedade de produtos pessoais e empresariais.
Em 23 de agosto de 2016, foi aprovada pela SUSEP a transferência da carteira de seguros de automóveis da Companhia para a Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. A venda da carteira de automóvel está alinhada à estratégia corporativa de focar no negócio de P&C, Acidentes Pessoais, Middle Market e Life.
As demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram aprovadas em 24 de fevereiro de 2017.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (11.638/07), em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/2015.

b) Comparabilidade
As demonstrações financeiras estão apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 e da Circular SUSEP nº 517/2015. Efeituamos a comparabilidade das contas patrimoniais, de resultado e demais apresentações com o saldo do período findo imediatamente precedente, ou seja, 31 de dezembro de 2015.

c) Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a retratativa de continuidade dos negócios da Companhia em curso normal.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2e.

d) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

e) Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 k - Contratos de seguros;
- Nota 3 l - Teste de adequação dos passivos (TAP);
- Nota 6 - Aplicações financeiras;
- Nota 7 - Prêmios a receber (provisão de risco de crédito);
- Nota 9 - Custos de Aquisição Diferidos;
- Nota 13 - Provisões técnicas; e
- Nota 15 - Provisões judiciais e administrativas.

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros
O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros da Companhia. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas
A Companhia possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas nas respectivas áreas, evolução dos processos, jurisprudentia e instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos e informações históricas de perdas aplicadas para a constituição destas provisões, segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o

valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Se houver ajustes, estes são efetuados semestralmente.
Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários
Prêmios diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa
Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

b) Apuração do resultado operacional
Os prêmios de seguros e cosseguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou futura e reconhecidos no resultado de acordo com a emissão do risco.

Os prêmios a receber parceladamente e as respectivas despesas de comercialização são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras.

As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são ajustados e revertidos quando da emissão da fatura.

As operações de cosseguro aceito e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e das resseguradoras, respectivamente. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA).

A "Provisão para riscos de créditos" é o valor calculado pela administração para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos. A provisão é calculada com base em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e riscos de inadimplência relativa à prêmios de riscos decorridos vencidos e não pagos há mais de 120 dias.

c) Ativos financeiros
(i) Classificação
A Companhia pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A classificação determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento ou que este ativo financeiro tenha vencimento em até 12 meses após a data do balanço.

Os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Na data-base do balanço, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os empréstimos e recebíveis compreendem, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto aos resseguradores e cosseguradoras, que são avaliados periodicamente quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período.

(ii) Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "mensurados ao valor justo por meio do resultado" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, acrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Os prêmios de seguros também são analisados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada conforme determinado no estudo técnico de inadimplência em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015.

e) Salvados e ressarcimentos
A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento.

f) Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações do imobilizado são calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais de depreciação informadas na nota 11.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios emitidos		499.772	791.227
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		104.808	60.687
(=) Prêmios ganhos	17	604.580	851.914
(+) Receita com emissão de apólices		3.509	3.831
(-) Sinistros ocorridos	18 a	(319.248)	(455.825)
(-) Custos de aquisição	18 b	(132.122)	(173.163)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	18 c	(74.009)	(223.360)
(+) Resultado com resseguro		(4.777)	(126.931)
(+) Receita com resseguro		39.605	13.026
(-) Despesas com resseguro		(44.382)	(39.957)
(-) Despesas administrativas	18 d	(139.397)	(143.075)
(-) Despesas com tributos		(15.382)	(35.286)
(+) Resultado financeiro	18 e	69.061	78.119
(=) Resultado operacional		(7.785)	(23.776)
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(250)	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(8.035)	(23.776)
(+) Imposto de renda	19	(33.720)	5.531
(+) Contribuição social	19	(22.687)	5.169
(+/-) Participações sobre o resultado		(673)	(694)
(=) Prejuízo do exercício		(65.115)	(13.770)
(/) Quantidade de ações	16 a	19.134	19.134
(=) Prejuízo por ação		(3.403,10)	(719,71)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

k) Classificação dos contratos de seguros e de investimento

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

l) Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/2015, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 517/2015, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Futuros, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de 31 de dezembro de 2016, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTT), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2016 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos - 45,52%
Seguro de Pessoas - 33,60%

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos realizado para a Chubb do Brasil Companhia de Seguros na data-base 31/12/2016, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos provedores técnicos, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015.

m) Resseguro

Os contratos de resseguro são classificados como contratos de seguro, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. A Companhia efetua o diferimento dos prêmios de resseguro, conforme os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015. Os ativos e passivos são registrados de acordo com as normas vigentes da SUSEP.

A provisão para redução ao valor recuperável dos ativos de resseguro é calculada com base em estudo técnico, que considera o histórico de perdas desde o início da abertura do mercado de resseguros no Brasil, que ocorreu em 2008. Na data-base do balanço, a Companhia não detectou a necessidade de constituição da provisão.

n) Passivos não financeiros

Os passivos não financeiros são mensurados pela melhor estimativa da quantia que seria necessária para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular SUSEP nº 517/2015, sendo classificados nas seguintes categorias:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Benefícios aos empregados

Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado.

Obrigações por aposentadorias

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso o Banco Santander S.A. e o Banco Itaú S.A.; e para o qual não há obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais tais serviços são prestados aos empregados.

Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui ainda um programa de benefícios para ex-executivos, que compreende o pagamento de um plano de saúde e seguro de vida vitalício.

Adicionalmente, possui benefício de extensão de assistência médica de acordo com a Lei 9.656/98 para funcionários aposentados e demitidos sem justa causa.

Para este plano, a Companhia efetuou estudo técnico atuarial em conjunto com seus atuários externos, que está em conformidade com as regras do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

q) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável no exercício excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A Lei 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido para pessoas jurídicas de seguros privados de 15% para 20% do lucro tributável. Essa alíquota deverá ser aplicada no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e será reduzida a 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados mensalmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. GESTÃO DE RISCOS ORIGINADOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONTRATOS DE SEGUROS

a) Gestão de risco de seguro

A Companhia define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Esse risco é influenciado pelos seguintes fatores:

- Frequência e severidade dos sinistros;
- Benefícios efetivamente pagos; e
- Histórico dos sinistros de longo prazo.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para si é o risco de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimadas, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

Estrutura de avaliação dos riscos de seguro por ramos

Os setores da Companhia responsáveis pela avaliação do risco de seguro são: diretoria de patrimônio empresarial, diretoria de patrimônio pessoal, diretoria de seguro de vida e acidentes pessoais, diretoria financeira, diretoria de sinistros, diretoria de riscos financeiros e superintendências de filiais. Além disso, fazem parte desse processo de avaliação os executivos da Matriz, gestor de riscos e o atuário externo.

Ferramentas utilizadas para redução do risco

De forma a reduzir a exposição ao risco de seguro, a Companhia procura a diversificação de sua carteira e da área geográfica em que atua, bem como faz a sua distribuição por múltiplos canais de distribuição. A Companhia também adota uma seleção criteriosa de aceitação de riscos por meio de diretrizes sobre a estratégia de subscrição.

Em adição às ferramentas acima relacionadas, a Companhia realiza operações com resseguradoras como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. A maior parte de resseguro proporcional corresponde à cota de resseguro contratado para reduzir a exposição da Companhia a determinadas classes de negócios. O resseguro não proporcional corresponde, basicamente, ao repasse de excedentes para reduzir a exposição líquida da Companhia a danos por catástrofes. Os limites de retenção para o resseguro de excedente variam dependendo da linha de produto e território.

Concentração de riscos

As contratações de exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos de seguros vendidos por localidade e linha de negócio. Estes relatórios apontam se existem ações corretivas a serem aplicadas em determinada região e/ou linha de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

Nestes quadros não foram considerados os valores de riscos vigentes mas não emitidos (RVNE), custos iniciais de contratação (CIC) e retrocessões aceitas, em 31 de dezembro de 2016 reversão de R\$ 12.968 (constituição em 31 de dezembro 2015 de R\$ 11.293).

Distribuição de prêmio bruto de resseguro												
31 de dezembro 2016												
Região Geográfica	Automóvel	% Pessoas	% Demais Ramos	% DPVAT	% Total							
Centro-Oeste	8.565	8	2.273	1	2.732	1	5.546	9	19.116	4	28.116	4
Nordeste	19	-	-	-	-	-	10.518	18	10.538	2	12.226	2
Norte	-	-	-	-	-	-	3.252	5	3.252	1	3.592	-
Sudeste	68.596	68	145.090	88	151.731	81	28.111	47	393.527	77	609.315	76
Sul	24.254	24	17.546	11	32.695	17	11.812	20	86.307	17	126.685	18
Total	101.434	100	164.909	100	187.157	100	59.239	100	512.740	100	779.934	100

Distribuição de prêmio líquido de resseguro												
31 de dezembro 2016												
Região Geográfica	Automóvel	% Pessoas	% Demais Ramos	% DPVAT	% Total							
Centro-Oeste	8.565	9	2.273	1	2.732	2	5.546	9	19.116	4	27.651	4
Nordeste	19	-	-	-	-	-	10.518	18	10.538	2	12.130	2
Norte	-	-	-	-	-	-	3.252	5	3.252	1	3.592	-
Sudeste	67.280	67	140.507	88	126.101	78	28.111	47	361.999	75	557.863	77
Sul	24.254	24	17.546	11	32.695	20	11.812	20	86.307	18	122.185	17
Total	100.118	100	160.326	100	161.528	100	59.239	100	481.212	100	723.421	100

Análise de sensibilidade - seguros

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela seguradora.

Isto posto, acrescenta-se que a **Análise de Sensibilidade** para demonstrar os efeitos quantitativos no resultado estimado de sinistros declarados no **Passivo** da seguradora, bem como no **Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)** e no **Resultado**, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base.

Neste contexto, a **Análise de Sensibilidade** realizada para a **Chubb do Brasil Companhia de Seguros**, na data-base de 31/12/2016, foi aplicada sobre a **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)** e a **Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)**, declaradas para os ramos 531, 531 e 993, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

Premissas Atuariais	Data-base: 31/12/2016				Data-base: 31/12/2015			
	Passivo (7)	Ativo (8)	PLA	Resultado (9)	Passivo (7)	Ativo (8)	PLA	Resultado (9)
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (1)	1.671	32.929	901	901	1.831	-	1.007	1.007
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (2)	104	2	56	56	100	-	55	55
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à Provisão de IBNR (3)	5.351	-	2.943	2.943	5.933	52	3.235	3.235
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (4)	280	-	154	154	249	4	135	135
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à Provisão de IBNER (5)	3.627	18	1.985	1.985	6.485	46	3.541	3.541
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à PDR (referente ao IBNER) (6)	249	2	136	136	422	3	230	230

Observações:
(1) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR nos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(2) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de Despesas Relacionadas (referente à IBNR) nos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(3) Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo de run-off da Provisão de IBNR dos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(4) Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo de run-off da Provisão de Despesas Relacionadas (referente à IBNR) dos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(5) Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo do ajuste de IBNER dos ramos 351, 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(6) Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo da Provisão de Despesas Relacionadas (referente ao IBNER) dos ramos 351, 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(7) Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(8) Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado. Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Sindical.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações com a Companhia.

Um exemplo disso é que apesar de a Companhia realizar operações de resseguro, ela não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao seguro cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro.

Uma das formas mais utilizadas pelo mercado na determinação dos limites de risco de crédito é a utilização dos ratings conferidos à contraparte por uma agência avaliadora - tal como Standard & Poor's e Moody's.

Ferramentas utilizadas para redução do risco

Para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas, a Companhia adotou como estratégia para mitigar seus riscos a operação de resseguro. As resseguradoras que operam com a Companhia, passam por um processo de análise de risco de crédito feito pela Matriz para garantir que os objetivos de mitigação de riscos de seguros e de crédito sejam atingidos. Este processo iniciou-se com a abertura do mercado de resseguros em 2008.

Abaixo demonstramos a avaliação de **rating** das resseguradoras que operam com a Companhia:

	31/12/2016	Classe	Rating	Agência avaliadora
Resseguradora				
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.		Local	N/A	N/A
IRB Brasil Resseguros S.A.		Local	A-	A.M. Best
Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros		Local	N/A	N/A
XL Resseguros Brasil S.A.		Local	N/A	N/A
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.		Local	N/A	N/A
Acc Resseguradora S.A.		Local	N/A	N/A
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.		Local	N/A	N/A
AIG Resseguros Brasil S.A.		Local	N/A	N/A
J.Maluelli Participações em Seguros e Resseguros S.A.		Local	N/A	N/A
Federal Insurance Company		Admitida	A++	A.M. Best
Hannover Rück Se		Admitida	A+	A.M. Best
Lloyd's		Admitida	A+	Standard & Poor's
Swiss Reinsurance America Corporation		Admitida	A++	A.M. Best
General Reinsurance AG		Admitida	A+	A.M. Best
Partner Reinsurance Europe Se		Admitida	AA-	Standard & Poor's
Liberty Mutual Insurance Company		Admitida	A	A.M. Best
Ace Tempest Reinsurance Ltda.		Admitida	A+	A.M. Best
Everest Reinsurance Company		Admitida	A1	Moody's
Transatlantic Reinsurance Company		Admitida	A	A.M. Best
Scor Reinsurance Company		Admitida	A+	A.M. Best

Gradualmente, a alocação de resseguro da Companhia passou a ser feita de forma diversificada, não dependendo de uma única resseguradora e as operações não dependem substancialmente de um único contrato de resseguro, sendo estes contratos fechados de formas variadas, tais como: excedente de danos, cota, catástrofe, excedente de responsabilidade e facultativos.

Os ativos do resseguro totalizam R\$ 84.958 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 77.303 em 31 de dezembro de 2015).

Gerenciamento do risco de crédito

Para diminuir o risco de crédito na recuperação das operações de resseguro, a Companhia faz um trabalho junto às resseguradoras e aos corretores de resseguro, para reduzir o **aging** de resseguro.

A política de emissão de apólices considera todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro, incluindo a análise de risco do crédito dos segurados, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, por meio de ferramentas específicas de verificação de perfil de risco.

A exposição do risco de crédito decorrente de prêmios a serem recebidos de segurados, também é significativamente mitigada em situações onde o contrato de seguro e a cobertura de sinistros podem ser cancelados, de acordo com a regulamentação brasileira vigente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento.

Com relação aos ativos financeiros, a Companhia optou por minimizar ao máximo o risco de crédito das contrapartes pela escolha de ativos de baixíssimo risco. A carteira de investimentos é composta, em sua maioria, por títulos públicos federais e títulos privados com risco de crédito associado à escala nacional de risco da União (ou risco soberano).

A administração também possui diretrizes internas estabelecidas com o objetivo de monitorar o risco de crédito e garantir que exposições específicas ao mesmo risco não sejam excedidas. Essas políticas são determinadas levando-se em conta a capacidade operacional das contrapartes em honrar suas obrigações e também considerando fatores dinâmicos, econômicos e financeiros.

As tabelas a seguir apresentam as aplicações financeiras da Companhia, distribuídas por **rating** de crédito com base na escala nacional equivalente da Standard & Poor's:

	Standard & Poor's - Escala Nacional							Sem	Saldo contábil	
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	brAAA	brAA+	brAA	brAA-	brA+	brA	brA-	brBBB-	Rating	31/12/2016
Ativo circulante										
Títulos para negociação										
Títulos de renda fixa										
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	-	313.093	-	-	-	-	-	313.093
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	102.190	-	-	-	-	-	102.190
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	154
Títulos de renda fixa										
Letras financeiras do tesouro - LFT	-									

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Avaliação por níveis			
	Nível 1	Nível 2	Sem nível	Saldo contábil 31/12/2015
Ativo circulante				
Títulos de renda fixa				
Títulos para negociação				
Letras financeiras do tesouro - LFT	58.624	-	-	58.624
Letra do tesouro nacional - LTN	51.678	-	-	51.678
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	121.387	-	-	121.387
Quotas de fundos de investimentos	-	85.981	-	85.981
Outros ativos financeiros	-	-	154	154
Títulos disponíveis para venda				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	38.950	-	38.950
Letras financeiras - LF	-	55.813	-	55.813
Títulos de renda fixa				
Letras financeiras do tesouro - LFT	307.839	-	-	307.839
Exposição máxima ao risco de crédito	539.528	180.744	154	720.426

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui ativos financeiros classificados na categoria "Sem nível", referente à conta de "Resseguradores - retenções remuneradas de provisão de sinistros".

O valor de mercado dos títulos públicos federais está atrelado ao "preço unitário de mercado", disponível na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços. As quotas de fundos de investimentos foram calculadas a partir do valor da quota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Companhia não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. Ele é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos a pagar da Companhia. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Dentro desse contexto, a Companhia possui uma política criteriosa de comercialização, visando mitigar os riscos inerentes à subscrição, entre eles o risco de não recebimento do prêmio (inadimplência).

A tabela a seguir demonstra a composição dos prêmios a receber por decurso de prazo de vencimento:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Prêmios a Receber	Redução ao Recuperável	Prêmios a Receber	Redução ao Recuperável
Vincendos de 1 a 30 dias	67.040	-	67.040	-
Vincendos de 31 a 60 dias	4.556	-	4.556	-
Vincendos de 61 a 120 dias	3.462	-	3.462	-
Vincendos de 121 a 180 dias	1.716	-	1.716	-
Vincendos de 181 a 365 dias	3.913	-	3.913	-
Vincendos superior a 365 dias	7.717	-	7.717	-
Vencidos de 1 a 30 dias	14.612	-	14.612	-
Vencidos de 31 a 60 dias	2.682	-	2.682	-
Vencidos de 61 a 120 dias	4.018	-	4.018	-
Vencidos de 121 a 180 dias	1.231	(772)	459	630
Vencidos de 181 a 365 dias	2.144	(1.608)	536	2.571
Vencidos superior a 365 dias	4.993	(4.041)	952	2.171
Total	118.084	(6.421)	111.663	216.893

Atualmente a Companhia investe 100% do total de recursos em ativos financeiros cujos valores de mercado são amplamente conhecidos e confiáveis. Tais ativos são altamente líquidos e podem ser transformados em caixa rapidamente, conforme pode ser observado nos tópicos relacionados aos riscos financeiros.

Pelo conceito de "Duration", o prazo médio de vencimento dos ativos da carteira da Companhia é de 1.042 dias, portanto, superior ao período de um ano, o que caracteriza uma carteira de médio prazo.

Dessa forma, a combinação das características de subscrição e dos ativos financeiros, mencionadas acima, tende a reduzir o risco de liquidez.

A composição dos ativos financeiros por prazo e por título e os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado está apresentada na nota explicativa nº 6, de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia também avalia periodicamente sua capacidade de cobertura das provisões técnicas, e atualmente mantém ativos financeiros em volume 37,19% superior ao exigido para a cobertura das reservas técnicas, vide nota explicativa nº 6b.

e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A gestão de riscos operacionais na Companhia é realizada por toda a diretoria por meio da avaliação e melhora dos procedimentos operacionais que estão disponíveis na intranet. Os procedimentos operacionais têm rotinas padronizadas e registradas em manuais que são periodicamente atualizados e comunicados aos colaboradores. Adicionalmente, estes procedimentos são revisados pela auditoria interna.

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP, mas também para suportar o rating Aaa.br fornecido pela Moody's e manter o retorno sobre o capital para os acionistas.

A estratégia de gestão de risco de capital é projetada anualmente para os três anos seguintes e discutida com a Matriz em comum acordo com a definição de crescimento e geração de resultados.

Durante o período corrente, e em períodos anteriores, a Companhia manteve níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios, conforme nota explicativa nº 16b.

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	5	5
Bancos	9.967	6.148
Total	9.972	6.153

Os depósitos a curto prazo são efetuados dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia. Todos os depósitos rendem juros à taxa variável média de 100% da taxa DI para ambos os períodos.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstramos a seguir a composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016				Taxa de Juros
	Valor Investimento Atualizado	Ajuste Mercado	Valor de Mercado	% Aplicado	
Ativos financeiros disponível para negociação					
Fundos de Investimento	102.190	-	102.190	16%	Referente DI
Títulos de Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	313.305	(212)	313.093	49%	SELIC
Outras Aplicações	154	-	154	0%	IPCA
Total Disponível para negociação	415.649	(212)	415.437	65%	
Ativos financeiros disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	226.832	(498)	226.334	35%	SELIC
Total Disponível para venda	226.832	(498)	226.334	35%	
Total dos Ativos financeiros	642.481	(710)	641.771	100%	

	31/12/2015				Taxa de Juros
	Valor Investimento Atualizado	Ajuste Mercado	Valor de Mercado	% Aplicado	
Ativos financeiros disponível para negociação					
Fundos de Investimento	85.981	-	85.981	12%	Referente DI
Títulos de Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	58.653	(29)	58.624	8%	SELIC
Letras do Tesouro Nacional - LTN	51.678	-	51.678	7%	Pré
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	120.669	718	121.387	17%	IPCA
Outras Aplicações	154	-	154	0%	N/A
Total Disponível para negociação	317.135	689	317.824	44%	
Ativos financeiros disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	38.950	-	38.950	5%	CDI
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	308.014	(175)	307.839	43%	SELIC
Letras Financeiras - LF	55.813	-	55.813	8%	CDI
Total Disponível para venda	402.777	(175)	402.602	56%	
Total dos Ativos financeiros	719.912	514	720.426	100%	

As "Outras aplicações" referem-se, basicamente, a conta "Resseguradores - retenções remuneradas de provisão de sinistros" no montante de R\$ 154 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 154 em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 não houve reclassificação entre as categorias de títulos e valores mobiliários.

Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Movimentação dos títulos e valores mobiliários	Saldo em 31/12/2015				Saldo em 31/12/2016			
	Aplicações	Resgates	Rendimentos		Aplicações	Resgates	Rendimentos	
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	55.813	-	(56.186)	373	55.813	-	(56.186)	373
Letras do Tesouro Nacional - LTN	51.678	39.482	(94.005)	2.845	51.678	39.482	(94.005)	2.845
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	366.463	322.624	(213.615)	63.955	366.463	322.624	(213.615)	63.955
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	121.387	-	(128.808)	7.421	121.387	-	(128.808)	7.421
Cotas de Fundos de Investimentos	85.981	82.216	(79.238)	13.231	85.981	82.216	(79.238)	13.231
Fundos Retrocessão IRB	154	-	-	154	154	-	-	154
Total Geral	720.426	444.322	(611.674)	88.697	720.426	444.322	(611.674)	88.697

a) Determinação do valor justo

Os ativos financeiros da Companhia encontram-se registrados contabilmente a mercado, ou seja, pelo valor justo dos ativos conforme a característica de cada papel.

A avaliação dos ativos financeiros pela hierarquia dos níveis está demonstrada na nota explicativa nº 4c.

b) Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas estão compostos por títulos públicos de renda fixa conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Total das provisões técnicas	530.996	714.681
(-) Provisões dos Consórcios DPVAT	(102.168)	(77.297)
(-) Ativos Redutores de Resseguro	(12.248)	(9.313)
(-) Recuperação de Sinistros a liquidar	(50.361)	(21.712)
(-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(6.759)	(19.968)
(-) Depósitos judiciais	(3.265)	(3.503)
(-) Direitos Creditórios	(16.777)	(71.001)
(-) Provisões Retidas pelo IRB	(154)	(154)
Total a ser coberto	339.264	511.733
Ativos dados em garantia das provisões técnicas - Títulos de renda fixa - públicos	539.427	567.453
Suficiência - %	200.163	55.720
Suficiência - %	59,00%	10,89%
20% de liquidez sobre Capital de Risco (*)	16.019	31.588
Liquidação em relação ao CR	184.144	24.132

(*) **vide nota explicativa nº 16b.**

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. O prazo médio de parcelamento dos prêmios diretos da Companhia são de três meses.

Adicionalmente a Companhia avalia periodicamente os valores registrados na rubrica "11319 - Redução ao valor recuperável" e mantém atualizado um estudo técnico sobre inadimplência onde são demonstrados os critérios utilizados para o cálculo da provisão ao valor recuperável na Companhia. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 6.421 (R\$ 4.920 em 31 de dezembro de 2015).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber:

	2016	2015
Saldo Inicial em 1º de janeiro	216.893	233.963
(+) Prêmios emitidos	664.324	966.329
(-) Prêmios cancelados	(92.523)	(132.943)
(-) Recebimentos	(633.236)	(851.827)
Constituição de riscos vigentes não emitidos	(37.374)	1.371
Saldo em 31 de dezembro (*)	118.084	216.893

(*) A redução no saldo de prêmios a receber no exercício de 2016 decorre, principalmente, da transferência da carteira de seguro de automóveis realizada em agosto, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

A composição dos prêmios a receber por decurso de prazo está demonstrada na nota explicativa nº 4d.

Abaixo segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(3.957)	(963)
Constituição	(963)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(4.920)	(963)
Constituição	(1.501)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(6.421)	(1.501)

8. OUTROS VALORES E BENS

A rubrica "Outros valores e bens" é constituída, principalmente, pelos seguintes saldos:

	31/12/2016	31/12/2015
Salvados	11.974	12.851
Créditos a receber	-	6.975
Adiantamento advogados	-	1
Total	11.974	19.827

Apresentamos abaixo a abertura dos bens à venda ("salvados") por prazo de permanência na conta:

Ramo	31/12/2016								
	de 1 a 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 120 dias	de 121 a 150 dias	de 151 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Há mais de 365 dias	Total geral
Automóvel	35	202	-	763	854	1.201	3.605	4.995	11.555
Transporte	-	-	-	-	-	20	1	1	68
Demais ramos	-	-	-	1	-	11	234	105	351
Total geral	35	202	-	764	854	1.132	3.840	5.147	11.974

Ramo	31/12/2015								
	de 1 a 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 120 dias	de 121 a 150 dias	de 151 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Há mais de 365 dias	Total geral
Automóvel	1.130	1.676	628	861	734	268	1.430	5.558	12.285
Transporte	203	-	-	-	-	-	80	234	517
Demais ramos	-	-	-	-	-	-	-	49	49
Total geral	1.333	1.676	628	861	734	268	1.510	5.841	12.851

O valor presente dos salvados à venda é atualizado mensalmente com base na tabela FIPE.

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (CAD)

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas comissões, agenciamento e pró-labore (se aplicáveis) na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. Os prazos de diferimento dos custos de aquisição obedecem ao risco de vigência dos contratos de seguros.

	31/12/2016	31/12/2015
Automóvel	175	20.707
Pessoas	482	827
Demais ramos	14.070	20.484
Total Geral	14.727	42.018

O quadro a seguir demonstra a movimentação do saldo de custos de aquisição diferidos:

Ramo	31/12/2016			
	Constituição	Reversão		31/12/2016
Automóvel (*)	20.707	(160.089)		175
Pessoas	827	(6.738)		482
Demais ramos	20.484	(234.780)		14.070
Total dos custos de aquisição	42.018	(374.311)		14.727

(*) A redução no saldo das despesas de aquisição diferidas no exercício de 2016 decorre, principalmente, da transferência da carteira de seguro de automóveis realizada em agosto, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	31/12/2016	31/12/2015
Tributos a compensar - Curto Prazo		
Cofins a compensar	350	302
PIS a compensar	58	49
IOF a compensar	-	1.081
Imposto de renda a compensar	125	109
Contribuição Social a compensar	51	41
Subtotal	584	1.582

Créditos tributários diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativas - Longo Prazo

Imposto de renda diferidas temporárias	-	4.589
Imposto de renda diferido - prejuízo fiscal	-	27.079
Imposto de renda diferido - TVM	124	44
Contribuição Social diferida temporárias	-	3.001
Contribuição social diferida - prejuízo fiscal	-	18.133

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Dezem- bro/10	Dezem- bro/11	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16
Pago acumulado							
- Até a data-base	(208.695)	(256.035)	(240.141)	(278.363)	(283.672)	(269.698)	(175.984)
- Um ano mais tarde	(301.135)	(354.793)	(353.111)	(385.581)	(387.428)	(366.306)	
- Dois anos mais tarde	(307.646)	(365.179)	(372.788)	(397.751)	(396.464)		
- Três anos mais tarde	(311.548)	(375.406)	(377.762)	(404.747)			
- Quatro anos mais tarde	(313.559)	(380.075)	(383.979)				
- Cinco anos mais tarde	(316.449)	(384.780)					
- Seis anos mais tarde	(320.806)						
Posição em 31/12/2016	(320.806)	(384.780)	(383.979)	(404.747)	(396.464)	(366.306)	(175.984)
Atualização monetária acumulada	5.191	3.939	3.794	2.872	1.359	294	
Provisão de sinistros em 31/12/2016	66.085	23.126	14.507	21.466	17.282	20.658	39.029
Sobra/Falta acumulada (R\$)	(34.677)	(29.689)	(37.544)	(3.853)	18.999	16.345	309.114
Sobra/Falta acumulada (%)	-10,24%	-7,51%	-9,35%	-0,92%	4,57%	4,04%	

Líquido de Resseguro - Administrativos + Judiciais									
Incorrido	Antes de	Dezem- bro/10	Dezem- bro/11	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Total
(+) IBNER									
- Até a data-base		286.567	345.383	349.412	404.161	428.033	410.507	260.057	
- Um ano mais tarde		299.734	355.091	368.764	407.984	408.967	394.827		
- Dois anos mais tarde		305.778	363.553	365.496	413.814	407.891			
- Três anos mais tarde		307.911	371.325	371.552	409.880				
- Quatro anos mais tarde		316.301	374.767	371.528					
- Cinco anos mais tarde		325.576	373.646						
- Seis anos mais tarde		327.900							
Posição em 31/12/2016		327.900	373.646	371.528	409.880	407.891	394.827	260.057	
Pago acumulado									
- Até a data-base		(203.380)	(244.415)	(235.029)	(275.576)	(281.840)	(267.390)	(172.995)	
- Um ano mais tarde		(290.375)	(337.642)	(343.000)	(379.397)	(380.803)	(360.746)		
- Dois anos mais tarde		(296.653)	(347.175)	(350.856)	(389.992)	(388.819)			
- Três anos mais tarde		(300.543)	(353.715)	(355.412)	(395.818)				
- Quatro anos mais tarde		(302.552)	(358.347)	(360.862)					
- Cinco anos mais tarde		(305.439)	(362.918)						
- Seis anos mais tarde		(309.795)							
Posição em 31/12/2016		(309.795)	(362.918)	(360.862)	(395.818)	(388.819)	(360.746)	(172.995)	
Atualização monetária acumulada		5.181	3.890	3.266	2.856	1.247	320		
Provisão de sinistros em 31/12/2016	48.328	23.176	14.618	13.932	16.918	20.319	34.400	87.062	258.753
Sobra/Falta acumulada (R\$)		(41.224)	(28.263)	(22.116)	(5.719)	20.142	15.680		
Sobra/Falta acumulada (%)		-12,58%	-7,56%	-5,95%	-1,40%	4,94%	3,97%		

15. PROVISÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

a) **Composição dos processos judiciais e administrativos**
A provisão dos processos judiciais e administrativos em andamento em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, conforme avaliação dos advogados da Companhia é demonstrada no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Quantidade	Reclamado	Provisionado	Quantidade	Reclamado	Provisionado
Trabalhistas						
Provável	12	2.071	1.227	7	1.941	557
Possível	11	9.320	-	11	7.190	-
Remota	6	911	-	17	4.116	-
Total	29	12.301	1.227	35	13.247	557
Fiscais						
Provável	11	3.055	743	11	1.278	683
Possível	4	757	6.420	1	637	-
Remota	1	149	-	-	-	-
Total	16	3.961	7.163	12	1.915	683
Sinistros						
Provável	800	67.516	59.683	1.543	214.677	99.101
Possível	777	179.583	39.375	70	19.506	1.579
Remota	480	182.218	14.184	712	295.828	2.843
Total	2.057	429.318	113.241	2.325	530.011	103.523
Cíveis						
Provável	67	3.521	1.410	89	4.669	1.931
Possível	12	1.272	-	21	2.005	-
Remota	145	12.754	-	126	9.774	-
Total	224	17.547	1.410	236	16.448	1.931

Fiscais
Nos processos fiscais de maior relevância há depósitos judiciais garantindo a quantia em discussão. As classificações de risco de perda foram realizadas de acordo com o Pronunciamento CPC 25, portanto, com o devido provisionamento das ações judiciais cuja perda foi classificada como provável, exceto para o processo classificado com perda possível em que há depósito judicial que suspende a obrigação tributária e a Companhia optou por registrar a provisão.

Trabalhistas
Os processos de natureza trabalhista não são expressivos e encontram-se em diversas fases de tramitação junto ao poder Judiciário. Em muitos deles, a Companhia foi incluída indevidamente na lide por funcionários de outras empresas. Alguns processos foram classificados como perda possível em razão de tramitarem na esfera trabalhista, onde há risco de a Companhia ser responsabilizada.

Cíveis
Os processos cíveis que não versam sobre sinistros foram provisionados levando em consideração a classificação do risco pelos advogados, o andamento das ações e as perdas históricas. Os processos que foram classificados como perda possível em conformidade com o Pronunciamento CPC 25, consideram a jurisprudência aplicável.

Sinistros
A Companhia possui 2.325 processos judiciais pendentes referentes a sinistros, dos quais 804 tratam-se de ações diretas de segurados ou terceiros, ou seja, não houve regulação administrativa, pois os segurados ou terceiros não avisaram administrativamente o sinistro para a Companhia e ajuizaram ação sem que houvesse a análise da cobertura do evento. Ademais, destes 2.325 processos judiciais pendentes, sendo 624 inativos, tratam-se de sinistros que se encontram, ou encerrados judicialmente, permanecendo pendente em nossos sistemas tão somente para quitação de despesas finais do processo ou estão em fase de encerramento final, portanto, efetivamente, o estoque de sinistros com ações judiciais totaliza 1.433 casos.

b) Movimentação dos processos judiciais e administrativos

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de provisões entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Trabalhistas	Fiscais	Sinistros	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2015	557	683	103.523	1.931
(-) Total pago no período	(432)	-	(31.467)	(723)
(+) Novas constituições no período	1.731	6.420	12.495	118
(-) Baixa da provisão por êxito	(268)	-	(7.462)	(48)
(+/-) Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	(386)	(23)	23.971	(259)
(+) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	26	83	12.181	391
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.227	7.163	113.241	1.410
Depósitos judiciais	164	6.148	6.874	274

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
O capital social subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 279.387 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 279.387 em 2015) representado por 19.134 (19.134 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias, sem valor nominal.

b) **Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência**
O patrimônio líquido ajustado e a margem de solvência estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio líquido	280.618	349.717
(-) Despesas antecipadas	(302)	(7.070)
(-) Créditos Tributários decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias - vide nota 10	(2)	(52.802)
(-) Ativo intangível - vide nota 12	(7.871)	(13.434)
(=) Patrimônio líquido ajustado (subtotal)	272.445	276.411
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	887	-
(=) Patrimônio líquido ajustado + ajustes associados variação valores Econômicos (a)	273.332	276.411
Capital base (b)	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	69.952	141.163
Capital de risco de crédito	12.350	21.664
Capital de risco de Mercado	3.100	-
Benefício da correlação entre riscos	(7.640)	(9.679)
Capital risco operacional	2.333	4.793
Capital de Risco (c)	80.094	157.941
Capital mínimo requerido (d) = Max(b,c)	80.094	157.941
Suficiência de PLA (e) = a - d	193.238	118.470
Suficiência de ativos garantidores - vide nota 6	200.873	55.720
20% do Capital de Risco (CR)	16.019	31.588
(=) Liquidez em relação ao CR	184.855	24.132

Mediante as análises efetuadas acima pela Companhia, o capital mínimo requerido em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, mostrou-se adequado ao valor exigido pela SUSEP.

c) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a lei societária e o Estatuto Social da Companhia. Não foram propostos dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

d) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 12.389 (R\$ 15.409 em 2015).

e) Reserva estatutária

Conforme previsto no artigo 39º do Estatuto Social, a parcela remanescente dos lucros anuais, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida à conta de reserva estatutária. Não há saldo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 62.095 em 31 de dezembro de 2015).

17. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Compreensivo residencial	23.190	17.038	58%	54%	25%	25%
Compreensivo empresarial	20.853	19.147	48%	40%	25%	25%
Riscos diversos	32.787	40.619	8%	12%	31%	30%
Responsabilidade civil e D&O	12.729	12.111	165%	71%	16%	17%
Responsabilidade civil geral	34.196	32.648	31%	97%	23%	24%
Automóveis	111.084	245.936	66%	59%	18%	19%
Responsabilidade civil facultativa	17.255	38.995	51%	107%	17%	17%
DPVAT Convênio (todas as categorias)	58.803	65.783	86%	87%	1%	1%
Transporte nacional	26.052	33.282	90%	80%	25%	27%
Transporte internacional	11.888	16.318	104%	10%	27%	25%
Prestamista	6.782	13.088	24%	14%	45%	42%
Acidentes pessoais - Coletivo	36.513	50.879	31%	69%	52%	50%
Vida em grupo	64.178	77.264	61%	20%	23%	22%
Penhor rural	8	236	1101%	127%	35%	38%
Marítimos	3.061	2.685	41%	99%	21%	20%
Demais Ramos	145.201	185.885	28%	29%	20%	15%
Total	604.580	851.914	53%	54%	22%	20%

a) Sinistros ocorridos

	31/12/2016	31/12/2015
Sinistros Avisados (*)	(287.967)	(411.031)
Repasso DPVAT	(23.209)	(37.496)
Despesa com sinistros administrativos	(16.807)	(16.841)
Despesa com sinistros judiciais	(4.821)	(8.499)
Despesa repasse com DPVAT	(10.999)	(13.213)
Recuperação indenização	7.876	10.153
Recuperação despesas sinistros	632	793
Recuperação de salvados	24.077	45.572
Recuperação de ressarcimento	5.612	10.776
Variação provisão IBNER	(14.857)	(19.501)
Variação provisão IBNER	13.797	(1.513)
Assistência 24 horas	(13.482)	(15.025)
	(319.248)	(455.825)


(*) A redução no movimento de sinistros avisados no exercício de 2016 decorre, principalmente, da transferência da carteira de seguro de automóveis realizada em agosto, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

	31/12/2016	31/12/2015
b) Custo de aquisição		
Comissão sobre prêmio (*)	(97.102)	(137.389)
Despesa comissão DPVAT	(830)	(931)
Comissão agenciamento	(9.097)	(3.628)
Comissão sobre prêmio cosseguro	11.385	12.200
Despesas inspeção	(1.112)	(1.586)
Outras despesas comercialização (*)	(19.830)	(25.248)
Variação despesas comercialização	(13.017)	(13.481)
Despesa de capitalização	(2.519)	(3.100)
	(132.122)	(173.163)

(*) A redução no movimento de sinistros avisados no exercício de 2016 decorre, principalmente, da transferência da carteira de seguro de automóveis realizada em agosto, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

c) Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas com seguros	20.866	2.726
Inspeção de riscos	(17.728)	(1.027)
Despesas com centrais de negócios	(6.589)	(12.281)
Administração de apólice (*)	(40.464)	(77.895)
Lucros atribuídos	(1.207)	(3.173)
Despesas com cobrança - DPVAT	(3.332)	(3.632)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(6.436)	(9

 continuação			CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Acácio Rosa de Queiroz Filho Presidente		Herman Guillermo Weiss Conselheiro		Nivaldo Venturini Conselheiro	
DIRETORIA			ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO		
Nivaldo Venturini Diretor-Presidente		Ricardo César Pessoa - MIBA 1076 Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda. - CNPJ 57.125.353/0001-35 - CIBA-33		CONTADOR Fernando Messias Cordeiro Contador - CRC SP-261101/O-9	

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Chubb do Brasil Companhia de Seguros** **Escopo da Auditoria**
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Chubb do Brasil Companhia de Seguros (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo

acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores

da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Chubb do Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



São Paulo, 24 de fevereiro de 2017



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo - SP - Brasil 05001-903

CNPJ 02.646.397/0001-19

CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira

MIBA 729

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

À Administração
O Comitê de Auditoria da **Chubb do Brasil Companhia de Seguros**, instituído nos termos da Resolução nº 321/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, é formado por (3) três membros, funciona em conformidade com o disposto no estatuto social e o seu regimento interno é aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora.
O Comitê de Auditoria atua na condição de Comitê de Auditoria Único para a ACE Seguradora S.A., ACE Resseguradora S.A. e Chubb do Brasil Companhia de Seguros ("Companhias"), de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.
Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. Contemplam, ainda, as competências do Comitê o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão

das atividades de controle interno e *compliance*.
O Comitê atua através de reuniões regulares e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, da auditoria interna, dos auditores independentes e nas suas próprias análises e mantem canal de comunicação regular com os auditores independentes para avaliação do escopo, qualidade e resultado de seus trabalhos.
O Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento, que inclui: (i) entrevistas com a alta administração e com os gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do escopo dos trabalhos e desempenho da auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura e funcionamento dos sistemas de controles internos, *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê promoveu, neste semestre, reuniões com o Diretor Presidente e com áreas de contabilidade e controladoria, de controles internos e *compliance*, de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores internos, dentre outras.
O Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo envolvendo denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Seguradora que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.
O Comitê de Auditoria das Companhias, consideradas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance da sua atuação, recomenda a aprovação, pela Administração e respectivas Diretorias, das demonstrações financeiras das Companhias, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017

Luiz Pereira de Souza - Presidente

Rodnei Caio Baptista

Ieda Cristina Correa Bhering da Silva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Chubb do Brasil Companhia de Seguros
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Chubb do Brasil Companhia de Seguros (a "Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 24 de fevereiro de 2017



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta

Contador CRC 1SP216397/O-5